

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.585 - MG (2019/0317840-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : F M DE N
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*.
PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO
PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. APLICAÇÃO DA
LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO ORDINÁRIO
DESPROVIDO.

1. O Recorrente foi denunciado como incurso no art. 121, § 2º, incisos I, III e IV, c.c. o art. 29, ambos do Código Penal, porque em 27/07/2010, supostamente, teria participado das agressões que resultaram na morte de companheiro de cela, acusado de estupro, juntos com os três corréus. O mandado de prisão foi cumprido em 14/06/2019, quando ele se encontrava detido no Estado de São Paulo em virtude de outro processo.

2. A custódia cautelar está justificada na possibilidade concreta de reiteração delitiva, já que o Réu demonstra ser criminoso experiente que, inclusive, *"ostenta anteriores condenações com trânsito em julgado com força para gerar reincidência pelos delitos de furto simples, furto qualificado, roubo tentado e posse ilegal de arma de fogo,"* além de responder a outra ação penal no Estado de São Paulo, o que justifica a segregação cautelar como garantia da ordem pública. Precedentes.

3. A jurisprudência da Suprema Corte é no sentido de que *"a periculosidade do agente e a reiteração delitiva demonstram a necessidade de se acautelar o meio social, para que seja resguardada a ordem pública, e constituem fundamento idôneo para a prisão preventiva"* (HC 136.255, SEGUNDA TURMA, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe 10/11/2016).

4. No mais, a prisão também encontra amparo para a aplicação da lei penal, visto que o Recorrente fugiu e procurou evitar a aplicação de qualquer penalidade, sendo citado nove anos após o crime porque novamente preso em outro Estado da Federação.

5. Recurso ordinário desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora